

# ***DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO ENSINO DA ARTE:***

***Debatendo possibilidades, levantando questões.***

***SOUZA, Edvandro Luise Sombrio de<sup>1</sup> – NEPArTE/CPII, PPGE/UFRJ***

***CARDOZO, Regina Clélia<sup>2</sup> - CPII***

***SOUZA, Viviane Viana de<sup>3</sup> – NEPArTE/CPII, PPGAV/UFRJ***

**EIXO TEMÁTICO:** Gêneros, Devires e Visibilidades do Ser: na escola, na cidade e nas redes digitais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino da arte; Diversidade de gênero; Diversidade sexual; Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

## **RESUMO**

*Este trabalho consiste em reflexões sobre as relações entre os gêneros e possibilidades afetivo-sexuais, na disciplina de Artes Visuais, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Partimos da discussão sobre o conceito de infância, das relações público-privado na Educação, para, em seguida, expor possibilidades e reflexões realizadas no CSCI-CPII, no ano de 2016, em relatos de experiências; e concluímos com questões essenciais para pensarmos em uma educação para a sexualidade no ensino da arte.*

## **INTRODUÇÃO**

“Dá pra falar de gênero e diversidade sexual com crianças?” – eis uma pergunta que ouvimos quando afirmamos que esses temas fazem parte das nossas aulas de Artes Visuais nos

---

<sup>1</sup> Professor da disciplina de Artes Visuais no Campus São Cristóvão I (CSCI) do Colégio Pedro II (CPII), membro do Núcleo de Estudos e Práticas em Educação e Arte (NEPArTE); Bacharel em Artes Cênicas - Interpretação Teatral e Licenciado em Artes Visuais, ambos pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); Mestrando em Educação pelo PPGE/UFRJ, na Linha *Currículo, Docência e Linguagem*.

<sup>2</sup> Professora da disciplina de Artes Visuais no CSCI-CPII, Bacharel e Licenciada em Artes Visuais, ambos pela UFRJ, Professora de Formação de Professores Curso CEVIW, Professora dos Anos Finais do Ensino Fundamental no Colégio CER Freguesia. Professora colaboradora do NEPArTE desde 2015.

<sup>3</sup> Coordenadora pedagógica e Professora de Artes Visuais no CSCI-CPII, Mestra em Artes Visuais –PPGAV/UFRJ, Licenciada em Artes Plásticas também pela UFRJ. Membro do NEPArTE e do Núcleo de Pesquisas do NAPNE. Tem atuação e pesquisa em práticas em Arte/Educação, História da Arte e artistas mulheres e suas trajetórias no século XIX e no entresséculos.

Anos Iniciais do Ensino Fundamental (AIEF). Falar de gênero e diversidade sexual com crianças é, para muitos, descabido, seja por não ser assunto de “criança”, por não terem elas a capacidade de compreender os termos e os conceitos que envolvem essas discussões, seja por, de uma forma que encontra mais eco, acreditarem que esse debate não caberia à escola e aos/às professores/as, sendo uma orientação única e exclusiva da família, e que a fala da escola seria tendenciosa, dentre tantos outros argumentos possíveis... Será que falar de gênero e diversidade sexual com crianças, estudantes de 6 a 11 anos é, de fato, descabido? Será que o modo como abordamos esses temas fere realmente o os “valores morais” de algumas famílias? E ainda: como isso tudo tem a ver com as aulas de Artes Visuais? Compartilhar nossas respostas, mesmo que provisórias, para esses questionamentos foi o que nos motivou a escrever o relato dos caminhos percorridos até o momento pela equipe de Artes Visuais de São Cristóvão I do Colégio Pedro II, no ano de 2016.

Para respondermos estas questões, em primeiro lugar, precisamos expor, mesmo que breve e pontualmente, os conceitos de sexualidade, gênero, educação sexual (ou educação para a sexualidade) e de infâncias. Segundo Louro (*in* PARANÁ, 2009, p. 9):

*Nas sociedades ocidentais modernas, entre elas a brasileira, a sexualidade parece ter uma evidente centralidade. Mas isso não foi sempre assim. A constituição da sexualidade como uma questão tão central e instigante tem uma história. Religião, Ciência, Estado, bem como Educação e Justiça, foram campos que produziram discursos e demarcaram posições e práticas sexuais que instituíram “verdades”, inventaram normas, regularam comportamentos.*

Portanto, em primeiro lugar, precisamos ter em vista que questões ligadas à sexualidade, e ao ensino de seus pressupostos, são produzidas dentro de determinadas culturas e que, como propõe a autora, queiramos ou não, são uma questão central nas diversas disciplinas e campos do conhecimento e de ação humana nas sociedades ocidentais contemporâneas. Grosso modo, poderíamos dizer que “a sexualidade está na escola”. Abordá-la, ou não, depende dos posicionamentos que docentes têm (ou deixam de ter). A ausência destas discussões reflete concepções políticas sobre o assunto e, necessariamente, gera consequências. Se a educação formal não se encarregar destes conteúdos na escola, outras “instâncias pedagógicas”, como as diversas mídias o farão, a partir de seus interesses, que, sabemos, são muito mais comerciais que “humanísticos”.

Para responder a segunda questão, colocamos outras duas: Será que as infâncias estão tão “fora do sexo” assim? O papel de uma educação para a sexualidade, na contemporaneidade, é realmente do âmbito privado, ou seja, da família? Felipe (2006, p. 220), ao tratar de alguns artefatos culturais da música e de programas de TV, nos traz uma provocação: “*as meninas, especialmente, procuram imitar mulheres adultas muito sensuais e, por vezes, os próprios apresentadores do*

*programa se dirigem a elas de modo erotizado, mesmo sendo crianças*”. A autora perpassa por diversas formas como as diversas mídias espetacularizam e estimulam a sexualidade infantil, ao mesmo tempo que negam sua legitimidade. Para tratar de questões que relacionam a criança com o campo da sexualidade, a autora, junto a outras autoras, nos propõe que falemos de “infâncias”, no plural, pois, diferentes crianças habitam e exercitam diferentes formas de produzir este “ser criança”. Moruzzi (2010, p. 1), traz Ariès contar sobre a criação paulatina do “sentimento de infância”, da Idade Média, quando a criança não era mais que um “adulto em miniatura”, até os tempos modernos, em que *“a criança [passa a ser] vista como incapaz, frágil, um sujeito em desenvolvimento e que, portanto, ainda não o é; um sujeito a ser corrigido, educado, para se tornar ‘Homem’”*. Portanto, nossas concepções de infâncias e de criança também são construções culturais e toda “defesa da moralidade” apresenta pontos muito frágeis e contradições com as quais urge que a escola, enquanto instituição máxima da educação, deve lidar.

Sobre o debate público-privado subjacente às questões da sexualidade, César (*in* PARANÁ, 2009, p. 49), afirma que, em relação à educação brasileira, a partir de 1997, com os PCNs para os Temas Transversais de Orientação Sexual, a sexualidade se transformou *“em assunto de Estado, ou ‘coisa de governo’”*, ou seja, o que, durante a ditadura militar, tinha sido visto como algo do âmbito privado, doméstico, familiar; passa a ser visto como “tema” da educação formal, portanto, da esfera pública. A autora defende que, com o advento da epidemia de HIV/AIDS e a abertura política (dentre outras discussões, como a questão da gravidez na adolescência), a sexualidade passa a ser uma questão irremediavelmente educacional. Altman (2001, p. 575), afirma que, a partir daí, *“a sexualidade é (...) vista como um problema de saúde pública, sendo a escola local privilegiado de implementação de políticas públicas que promovam a saúde de crianças e adolescentes”*. A autora também nos diz que nos estes temas devem *“impregnar toda a área educativa”* (*id*, p. 576), assim como em todos os momentos da prática pedagógica, o que inclui intervalos, festejos, passeios etc; e que os mesmos devem ser tratados sempre que emergirem dos alunos e alunas.

Muitas são as críticas contemporâneas aos PCNs de Orientação Sexual, a começar pela nomenclatura<sup>4</sup>. Uma das principais diz respeito ao direcionamento que o documento dá a questões de Saúde e prevenção à gravidez precoce. Neste trabalho, concordamos com o posicionamento de Araújo & Santos (*in* PARANÁ, 2009, p. 18):

*Ao propor a inserção da discussão sobre orientação sexual por meio de temas transversais, esse material sugere orientações pedagógicas fundamentadas em uma*

---

<sup>4</sup> O termo “orientação” é normalmente utilizado para designar o *“direcionamento erótico-afetivo da sexualidade humana (ou seja, para o sexo oposto, para o mesmo sexo ou para ambos) [para nenhum ou para objetos etc]”* (FURLANI *in* PARANÁ, p. 44).

*concepção intencional e politicamente construída de educação acerca da sexualidade, baseada na prevenção à gravidez na adolescência e às DST<sup>5</sup>/HIV/Aids, somente. (...) [Contudo] não podemos nos restringir a fatores que são, muitas vezes, consequências de outros dois muito mais amplos: as relações entre os gêneros e o desejo afetivo-sexual (grifos nossos).*

O trecho acima nos traz às principais questões que devemos abordar no ensino da arte com crianças (e também em outras faixas etárias). Louro, referindo-se a Judith Butler, nos fala que a construção da identidade (ou da identificação) de gênero se faz indefinidamente e precisa de uma constante reiteração. Apresentar uma brincadeira, uma cor, um comportamento como sendo “de menino” ou “de menina”, é ferramenta pedagógica, para que a criança (o futuro adulto, este ser que “ainda não é”) internalize estas identificações, “*essas normas precisam ser constantemente citadas, reconhecidas em sua autoridade, para que possam exercer seus efeitos*” (LOURO *apud* SOSTISSO, 2010, p. 9) e a escola é uma das instituições que mais “citam” estas normas, em falas, ações e práticas pedagógicas as mais diversas. Portanto, este texto consiste em propostas, ainda que em estágio embrionário, de abordar as relações entre os gêneros e possibilidades de desejo afetivo-sexual com crianças dos AIEF, no CSCI, do CPII, realizadas no ano de 2016.

## **ARTE, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: DEBATENDO POSSIBILIDADES**

O Plano de Curso para os AIEF do CPII é atualmente dividido em três eixos temáticos trimestrais para cada ano escolar<sup>6</sup>, articulados entre si e entre os anos, não sendo estanques ou rígidos. Toda aula começa na “rodinha de conversas”<sup>7</sup>, lugar e momento em que vemos e analisamos as imagens, conhecemos os/as artistas os/as, manipulamos materiais, onde estudantes tiram dúvidas, comentam, perguntam, questionam e interagem, trocando com professores/as suas ideias e repertórios.

Neste lugar de troca, em que todos/as podem se expressar, é comum e rotineiro surgirem perguntas e falas racistas, homofóbicas, machistas, contra pessoas com deficiência, sobre *bullying* etc; cheias de preconceitos e discursos de ódio, que as crianças ouvem nas famílias, na mídia e na sociedade. Sempre estive no cerne dos valores e entendimento pedagógico da equipe de

---

<sup>5</sup> “A terminologia *Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)* passa a ser adotada em substituição à expressão *Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)*, porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintoma” (grifos meus). Em <http://www.aids.gov.br/pagina/o-que-sao-dst> A mudança de terminologia também tem a intenção de subtrair a aura de doença, de enfermidade, que estas infecções têm perante a sociedade e o respectivo peso negativo que esta assume e dissemina.

<sup>6</sup> No 1º ano: Arte e Corpo, Arte e Infância e Arte e Paisagem; no 2º Ano: Arte e natureza, Arte Indígena e Arte Popular; 3º Ano: Arte e Ancestralidade, Arte e Mitologia e Arte Afro-brasileira; 4º Ano: Arte e representação – Pintura, Arte e representação – Escultura e Arte e representação – Arquitetura; 5º Ano: Linguagem fotográfica, Mídias Contemporâneas e O trabalho do artista na Contemporaneidade.

<sup>7</sup> Forma carinhosa como docentes e estudantes costumam nomear este momento das aulas.

professores/as de Artes Visuais que devemos estar atentos/as e combativos/as a essas falas, em um exercício diário e contínuo de desconstrução, sensibilização e empatia, buscando que as crianças se coloquem no lugar do/a outro/a, exercitem a empatia, repensem e questionem muitas vezes a própria fala. E sim, todo esse percurso é possível e muito rico mesmo com os/as mais pequenos/as, muitas vezes nos surpreendendo sobre o quanto eles/as têm a dizer sobre tudo isso.

Contudo, por mais que essas discussões sejam comuns, elas ficavam na dependência de serem trazidas pelos/as alunos/as para acontecerem. Dessa forma, neste ano em que estamos revisando nosso programa de curso<sup>8</sup>, vimos a necessidade de essa discussão ser fomentada no currículo. Não somente nas discussões do plano de curso, mas também dentro do NEPArtE – Núcleo de Estudos e Práticas em Arte e Educação<sup>9</sup>, com a linha de pesquisa Diversidade Sexual e de Gênero, sistematizamos os debates e a pesquisa de como a Arte pode formar e reiterar valores e juízos que muitas vezes, nós professores/as, fazemos sem estarmos cientes. Segundo Loponte (2002, p. 283):

*Fazendo um contraponto entre as obras de mulheres e homens artistas de diversos períodos (...) a sexualidade feminina é colocada em discurso através dessas imagens, produzindo uma pedagogia do feminino. Uma pedagogia visual que naturaliza e legitima o corpo feminino como objeto de contemplação, tornando esse modo de ver particular como a única 'verdade' possível.*

A tarefa da escolha das obras e artistas que usamos em sala carrega grande valor simbólico e político. Em nossos encontros e planejamentos coletivos, quando essa questão começou a se delimitar, não muito surpresos/as, notamos a prevalência de artistas homens cisgêneros<sup>10</sup>, ocidentais, heteronormativos<sup>11</sup>, nas mais variadas linguagens. Por mais que nosso plano de curso já tenha superado padrões e enquadramentos da História da Arte linear, europeia, institucionalizada, aparentemente, superar a dominância de uma Arte feita por, para e com um “olhar masculino”, diga-se, machista, ainda precisa ser feito.

Procurando não fazer as opções óbvias, as presentes nas grandes revisões historiográficas, dos livros didáticos e nos de referência da área, percebemos que os nomes femininos, para começarmos, estão ausentes também da própria formação de arte-educadores/as, sendo a situação das questões LGBTTTIQA<sup>12</sup> ignorada. Para Ana Paula Cavalcanti Simioni (2008, p. 36 e 37), em quase um século de História da Arte, a participação feminina é tida como praticamente inexistente:

---

<sup>8</sup> Vários encontros estão sendo feitos reunindo os/as professores/as atuantes nos AIEF dos demais *campi* para debate e reformulação do plano de curso comum, que deverá ser concluído no início de 2017.

<sup>9</sup> Núcleo atuante no campus São Cristóvão I, formalizado em 2015, que conta com o apoio financeiro do CPII.

<sup>10</sup> Cisgêneros/as se referem às pessoas que se identificam ao seu gênero designado no nascimento.

<sup>11</sup> Heteronormatividade é o pressuposto que ser heterossexual é a norma, o ideal a ser seguido. E junto com isso tudo o que é atribuído a ser e a se comportar como hetero.

<sup>12</sup> Abreviação para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Intersexuais, Queer e Assexuais.

*A compreensão das obras e trajetórias de mulheres artistas acadêmicas no Brasil esbarra, necessariamente, no problema das lacunas historiográficas. Genericamente, elas não foram objeto de estudos monográficos, não figuraram em mostras de caráter individual ou coletivo, e seus trabalhos raramente pertencem à galerias e museus públicos nacionais. É como se em comum compartilhassem a negação: não possuem biografia, não deixaram registros memoráveis, logo, não pertencem à história.*

Por conseguinte, *não* pertencem à sala de aula também.

Uma tentativa de marcar, que artista, essa palavrinha “*unissex*”, pode, deve e vai ser usada para mulheres e homens, foi usar a flexão de gênero na escrita e na fala, inclusive na escrita da revisão do nosso plano de curso e outros documentos escolares. O genérico masculino, ou o “neutro”, não dá mais conta do que queremos falar.

## **ALGUMAS PROPOSTAS**

A partir e em meio a essas discussões, fomos pensando ou redesenhando propostas que possibilitem o debate de questões de gênero e diversidade sexual em turmas dos AIEF nas aulas de Artes Visuais. Algumas propostas foram levadas para a sala por algum/a professor ou professora da equipe, outras são ações que envolvem mais especificamente o grupo de docentes ou a comunidade escolar em geral, como forma de trazer a reflexão sobre esses temas para a escola.

### **1) Existem artistas mulheres! Existem mulheres artistas!**

Um dos fatos mais importantes quando começamos a olhar nossa prática, escolhas pedagógicas e plano de curso sob a ótica da diversidade de gênero e sexual foi a ausência de mulheres artistas em grande parte dos anos de escolaridade. Como já dissemos, mesmo em um currículo tão cuidado e com tantos avanços, que privilegia a Cultura Popular, a Cultura Visual e a Arte Contemporânea, garante a presença das culturas Afro-brasileira, Africana e Indígenas, a presença de nomes femininos e artistas que tratem de questões LGBTTTQIA estavam ausentes, invisibilizados/as, silenciados/as. Tendo em vista que acreditamos que a mudança curricular deve se iniciar na prática de sala de aula, foi pensada pela equipe uma proposta com o objetivo de marcar a presença da mulher nas Artes Visuais brasileira. Comum a todas as turmas de 2º ao 5º ano, a proposta consistiu em apresentar algumas obras selecionadas de cinco artistas brasileiras: Tarsila do Amaral, Lygia Pape, Lygia Clark, Beatriz Milhazes e Adriana Varejão. Após vermos e conversarmos sobre as imagens e marcarmos claramente o fato de serem mulheres artistas com uma trajetória de notoriedade no campo da Arte, estudantes foram incentivados a observarem as linhas e formas presentes em cada uma das obras das artistas. Essas características principais das artistas que

mais chamaram a atenção de cada estudante foram a ideia que gerou os trabalhos em giz de cera, todos em folhas sulfite A4 cortadas verticalmente, que depois compuseram grandes murais coletivos nas duas salas de Artes [Figura 1].



**[Figura 1]** Mural coletivo com os trabalhos das turmas de 2º a 5º anos combinados de forma coletiva<sup>13</sup>. Fotografia: Viviane Viana

## 2) Brinquedo de menina ou menino?

Nas turmas do 1º ano exploramos bastante a questão do brincar como parte fundamental e fundante da infância, no eixo *Arte e Infância*, no 2º trimestre de 2016. Pensando sobre como brinquedos e brincadeiras também ajudam a construir e reiterar estereótipos de gênero, uma das professoras da equipe propôs a exibição de um pequeno vídeo em desenho animado para as turmas<sup>14</sup>, que discute justamente o que de fato são brinquedos exclusivos de meninos e meninas. O que impede que uma menina brinque com carrinhos se mulheres adultas dirigem? O que impede que meninos brinquem de boneca se homens cuidam de suas filhas e filhos? Essas provocações colocadas de forma muito descomplicada para o público infantil, foram levadas para a rodinha na sala onde alunas e alunos puderam falar um pouco de suas rotinas de brincadeiras em casa, nos recreios na escola, deixando aparecer falas de meninos que não deixam meninas jogarem futebol, por exemplo. Ou meninas que não vêem problemas que seus colegas brinquem com elas na casinha do pátio. Um painel coletivo com desenhos de brinquedos de meninas e meninos foi realizado com as turmas.

<sup>13</sup> Foram dois murais, cada qual ocupando uma das salas. Não é possível apresentar, aqui, a totalidade de nenhum deles, já que foram, no total, aproximadamente 750 trabalhos.

<sup>14</sup> *O Diário de Mika*, episódio *Brinquedo de Menino*.

### 3) Saia-brinquedo.

A saia não é uma proposta nova da equipe de Artes Visuais. As grandes saias de chita, floridas e coloridas são guardadas em uma malinha com carinho e tiradas ano a ano para “pegar ar” e “tomar sol”, e assim receber as novas turmas de alunas e alunos de 1º ano. Em outros lugares, é chamada de pára-quedas, aqui é saia mesmo. Além de apresentarmos a ligação com a Cultura Popular, nas saias coloridas do Jongo e nas esculturas dos mestres bonequeiros da argila, por exemplo, onde a chita também aparece, ou no Tambor de Crioula, utilizamos a saia como forma de exercitar o “estar em roda” com as turmas de 1º ano que ainda estão se acostumando com tantas rotinas de espaços diferenciados de um Colégio tão grande. Com a saia se faz ciranda, cantigas, se brinca.

A saia nos acompanha quase o ano todo. Mas, a partir das preocupações que veiculamos neste texto, atualmente, é um grande instrumento para discutirmos relações entre os gêneros, suas reiterações e uma série de estereótipos com crianças do 1º ano, pois em várias manifestações culturais populares tradicionais, a saia não é só um elemento identificado como feminino, os homens também podem usá-las, e não por este motivo os mesmos se sentem incomodados, ou ofendidos. Na verdade a saia, neste caso, é um elemento não pertence exclusivamente ao gênero feminino, mas pertencente à ação da manifestação cultural. Quando falamos que meninas e meninos podem brincar com a saia, alguns se negam: “Meninos não usam saia! É coisa de menina!” Mas quando a saia começa a se mover, a gente começa a cantar, e algum/a lá no meio começa a sambar, o restante inicia uma disputa para saber quem será a próxima ou o próximo a entrar no meio e poder experimentar essa saia-brinquedo [Figura 2] e [Figura 3]. Alguns/mas perguntam se podem simplesmente estar ali no centro, sem dançar, e claro que podem. Já outras/as querem entrar seguidas vezes. A professora ou professor geralmente entra na saia também, para mostrar que todo mundo brinca. Mas, ainda assim, alguns se recusam ou pedem para que não contemos para suas famílias que eles participaram da atividade...

Junto da brincadeira teve música. Usamos cantigas de roda e do cancionário popular, muitas cantadas pelas próprias crianças, no ritmo do coco, o que enriqueceu bastante a proposta pois, nenhuma delas quis ficar de fora da brincadeira, pelo contrário, quiseram entrar seguidas vezes pra dançar e se divertir, pois, se sentiam à vontade para soltar a imaginação e o corpo usando a “saia-brinquedo”.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Este artigo contou com a colaboração do estagiário do curso de Licenciatura em Artes Plásticas da Universidade Federal do Rio de Janeiro André Vinícius Gomes da Silva, que tem uma ampla vivência em cultura popular e suas expressões musicais, tendo colaborado também para esta e outras aulas.



**[Figura 2]** Turma de 1º ano experimentando a saia com cantigas populares, tocadas no pandeiro pelo estagiário André Vinícius Gomes da Silva. Fotografia: Viviane Viana



**[Figura 3]** Meninos da Turma de 1º ano experimentando a saia. Fotografia: Viviane Viana

### 3) #33DiasSemMachismo

A campanha #33DiasSemMachismo começou na rede social *Facebook* por iniciativa de um grupo de 5 mulheres e um homem, motivados pelo caso do estupro coletivo sofrido por uma menor de idade em uma comunidade da cidade do Rio de Janeiro no mês de maio de 2016. Em poucos momentos questões como o respeito e direitos das mulheres estiveram tão em evidência na sociedade brasileira, resultado de uma série de outros acontecimentos notórios nacionalmente, como as questões abordando violência contra a mulher e a célebre frase da estudiosa feminista Simone de Beauvoir: “*Não se nasce mulher, torna-se mulher*”, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), de 2015. Quando esse caso concreto de violência por um coletivo de homens veio à tona, não se

pôde negar o quão machista e misógina a nossa sociedade ainda é, inclusive com diversos grupos defendendo os agressores e, fato bastante comum, culpabilizando a vítima, que “teria dado motivos” para o estupro. Desconstruir falas e conceitos machistas, que perpetuam ações e situações de violência e desigualdade de gênero é papel e responsabilidade de todos/as, inclusive da escola. Assim, a campanha propunha pequenas frases diárias para serem ponto de partida dessa reflexão:

*Existem pesquisas que indicam ser necessários 21 dias para a mudança de um hábito e em alusão aos 33 criminosos, propomos um desafio diário ao longo de 33 dias, com a intenção de engajar as pessoas na reflexão e revisão de hábitos machistas e discriminatórios, que muitas vezes acabam passando despercebidos (SANZ, 2016).*

Pensando que esse debate também deve acontecer na escola como um todo, e não apenas na equipe que tem refletido sobre o assunto, foram espalhados, a partir de junho, pela Coordenação de Artes Visuais, em lugares de maior circulação de pessoas da escola, reproduções dos cartazes da campanha [Figura 4]. Algumas pessoas comentaram quando viam os cartazes sendo trocados. Elas ficavam esperando o do próximo dia. Nunca haviam pensado sobre aquilo que leram, ou, por outro lado, sempre pensaram sobre e acharam importante ver isso exposto na escola. Também ouvimos que talvez esses debates não deveriam estar dentro de uma escola que recebe alunas e alunos dos AIEF. Isso é algo para pensarmos, já que essas questões estão presentes nas aulas, nos recreios, nos uniformes, nos Conselhos de Classe, sem a necessidade de incitação. Esta campanha trouxe a necessidade do coletivo do CSCI-CPII de pensar sobre as diversas reiteraões das relações de gênero que fazemos na escola, cotidianamente.



**[Figura 4]** Cartazes #33DiasSemMachismo nos corredores da escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvidas temos muito ainda o que discutir e (des)construir no caminho de um ensino da arte que dê visibilidade às mulheres artistas, trazendo representatividade para as alunas, que busque a equidade das relações de gênero em sala de aula e nos demais espaços da escola e que não tenha receio de ver a construção das identidades e sexualidades como inerentes às crianças e pré-adolescentes. Mas, acreditamos que o conseguimos fazer até aqui, e que segue em curso no momento da escrita deste trabalho, já é um passo importante para olharmos e repensarmos a nossa prática como educadoras e educadores, e percebermos como essas questões tem, sim, que estar na sala de aula e na escola, todos os dias, em todas as disciplinas. Porque elas fazem parte da vida das nossas alunas e alunos e de todas/os nós. Leitoras e leitores devem ter percebido que, nestas práticas expostas, não tratamos de uma segunda questão colocada: as possibilidades de relações afetivo-sexuais. Podemos pontuar, por enquanto, que esta é uma questão ainda mais complexa, já que vai de encontro a uma série de tabus sociais e conceitos como “opção sexual”, ou seja, se o sujeito “escolhe” ser homossexual, bissexual, transexual, transgênero ou travesti; isto não é questão para a escola tratar... Como levantamos inicialmente, a ideia de que a sexualidade e todos os seus pressupostos devem ficar para o âmbito privado e de que crianças estão “fora do sexo” exigem a criação de estratégias, que vão desde uma breve discussão em sala de aula até a construção de políticas públicas. Devemos pensar, portanto, em outras reiterações. Enfim, não podemos deixar de apontar que, pela via do senso comum, mas, também, na elaboração de teorias e de legislações, gênero e sexualidade parecem estar imbricados, articulados.

Para exemplificar, às portas da conclusão deste trabalho, foi publicada a Portaria 2.449/2016, que flexibiliza o uso de uniformes nos *campi* do CPII. Uma medida, amparada por uma série de leis que, no limite, remontam à Constituição Federal de 1988 e ao direito inalienável de expressão, que, fundamentalmente, defende o direito dos TTT da sigla LGBTTTQIA (limitando-nos muito nesta afirmação) causou comoção na comunidade escolar e em toda a cidade. Este acontecimento, resultado de manifestações de estudantes do CPII, desde 2014, nos mostra como as questões de gênero e sexualidade são entendidas como imbricadas e desmascaram o “terror”, portanto, a homolesbotransfobia, disfarçada de “defesa à moral”. São muitos os desdobramentos desta situação. Contudo, defendemos que, se pensamos em visibilizar as mulheres, também é necessário visibilizar estes seres que se desviam da sexualidade padrão, a heteronormatividade. Para tanto, contudo, não é possível fazer isso sem refletir sobre a base dos conhecimentos que veiculamos na nossa disciplina e colocar algumas questões: Até que ponto a História da Arte e, por conseguinte, o ensino da arte que temos exercitado, não concretiza este ser referencial: Homem, branco, (de preferência) rico,

heterossexual, magro (ou musculoso), saudável, jovem, produtivo, viril, “comportado”, “inteligente”, estável, e uma série de padrões que temos, cada vez mais, compreendido como excludentes? Como pensar possíveis Histórias da Arte, ensinamentos da arte que mostrem estes “seres desviantes”? Como superar esta ideia de norma e de que há, conseqüentemente, seres que se desviam dela? Enfim, como pensar e fazer um ensino da arte que, aos poucos, poderá ajudar-nos a superar estes paradigmas e reiterações que fazemos, todos os dias, em salas de aula, recreios, passeios e em todas as nossas ações pedagógicas?

## REFERÊNCIAS

ALTMAN, H. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *In: Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 9, p. 575-585, 2.º sem. 2001.

O DIÁRIO de Mika. Criação: Elisabeth Mendes. SuperToons, 2015. Programa de Tv.

FELIPE, Jane. **Afinal, quem é mesmo pedófilo?** *In* Cadernos Pagu (26), janeiro-junho de 2006, p. 201-223.

LINS, Beatriz Accioly. MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. 1ª Ed. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino. **Estudos Feministas**. 2002.

MORUZZI, Andrea B. Infâncias: necessárias articulações entre gênero e sexualidade e contribuições dos Cadernos Pagu. *In* **Anais do IX Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis**, UFSC, 23 a 26 de agosto/2010.

PARANÁ/Secretaria de Estado da Educação/Superintendência de Educação/ Departamento da Diversidade/Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. **Sexualidade**. Curitiba: SEED – Pr., 2009.

SANZ, Beatriz. **33 dias sem machismo: uma transformação está acontecendo**. *In*: Revista Fórum. 14 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2016/06/14/33-dias-sem-machismo-uma-transformacao-esta-se-iniciando/>. Acesso em 28 set 2016.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. **Profissão Artista**: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2008.

SOSTISSO, Débora F. Interfaces entre Infância, Gênero e Escola: dialogando com crianças. *In* **Anais do IX Seminário Internacional Fazendo Gênero**, Florianópolis, UFSC, 23 a 26 de agosto/2010.